



Anvisa decide que os benefícios de aplicação do imunizante nessa faixa de idade supera os riscos. Porém, agência reguladora alerta que, como há diferenças no fármaco voltado para os adultos, será preciso fazer algumas adaptações

Criança de 5 a 11 anos poderá tomar a Pfizer

» MARIA EDUARDA CARDIM

Menahem Kahana/AFP



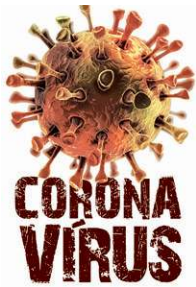
A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o uso da vacina da Pfizer contra a covid-19 para crianças de cinco a 11 anos. A conclusão da área técnica da agência é de que os benefícios do imunizante para essa faixa etária superam os riscos.

Apesar de ter o mesmo princípio ativo do fármaco já comprado pelo Brasil e aplicado em pessoas com mais de 12 anos, a formulação da vacina aprovada para a população pediátrica é diferente — o que levará à aquisição de novos lotes pelo Ministério da Saúde. A intenção da pasta é incluir esse público-alvo na campanha de imunização contra a covid-19.

Durante a reunião que aprovou a vacina, os técnicos da Anvisa explicaram que uma das diversas diferenças entre os imunizantes da farmacêutica está na dosagem, que é menor para crianças. Além disso, as substâncias que compõem o imunizante são diferentes, assim como as condições para armazenamento e os frascos para envazamento. A Anvisa ressaltou que será necessário elaborar material e treinamento para evitar erros na aplicação.

Nada neste ano

Apesar da decisão da Anvisa, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que a vacinação de crianças contra a covid-19 não começa neste ano. “Quantos dias faltam para (acabar)



Crianças e pré-adolescentes só receberão a vacina depois de uma ampla discussão, segundo o ministro Marcelo Queiroga

2021? Vocês acham que têm? Quanto tempo a Anvisa demorou para dar um posicionamento acerca dessas doses? É preciso ser feita uma análise. A Anvisa é uma avaliação. A avaliação que é feita pela Câmara Técnica do ministério é outra”, disse.

De acordo com o ministro, antes do início da vacinação das crianças haverá uma “discussão

ampla” que inclui a sociedade civil, os cientistas e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A pasta não reservou doses para aplicar no grupo de cinco a 11 anos.

Este público, aliás, pode ter mais uma opção de vacina além da Pfizer. Isso porque, na última quarta-feira, o Instituto Butantan fez um novo pedido para que a Anvisa avalie a recomendação

da CoronaVac para uma faixa de idade entre três e 17 anos.

Em agosto, a Diretoria Colegiada da Anvisa considerou, por unanimidade, não ser seguro aprovar o uso do imunizante desenvolvido pela Sinovac para aplicação em crianças e adolescentes “por causa da limitação de dados dos estudos apresentados naquele momento”.

Kassio adia decisão do passaporte

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), interrompeu, ontem, o julgamento que vinha sendo travado no plenário virtual sobre a exigência do passaporte de vacinação contra a covid-19 para passageiros internacionais entrarem no Brasil.

Ele apresentou um pedido de destaque para levar a análise ao plenário presencial — o que só deve ocorrer no próximo ano, já que esta é a última semana de trabalhos antes do recesso do Judiciário. Para a nova votação, o tribunal estará com a composição completa: o novo ministro André Mendonça foi empossado ontem à tarde.

Os ministros já tinham formado maioria para exigir o comprovante de imunização dos viajantes, mas, com o pedido de destaque, o julgamento precisa ser retomado do início na sessão presencial. Representa que fica valendo a liminar de Luís Roberto Barroso, relator do processo, que tornou obrigatório o passaporte da vacina.

Na decisão, o ministro criticou o que classificou como “autoridades negacionistas”. Ao comentar a determinação, o ministro defendeu que o governo não teria como fiscalizar o cumprimento da proposta alternativa, de quarentena obrigatória para os viajantes não imunizados.

ConecteSUS há uma semana sem funcionar

» GABRIELA BERNARDES*

A plataforma ConecteSUS completa, hoje, uma semana fora do ar, impossibilitando que se obtenha o comprovante de vacinação contra a covid-19. Na última sexta-feira, um ataque hacker impediu o funcionamento da página do Ministério da Saúde, do aplicativo e de outros sites ligados à pasta.

Inicialmente, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, acreditava que o ConecteSUS estaria de volta na última terça-feira. Mas, ontem, diante do prazo descumprido, ele

disse que a pasta procura restabelecer o funcionamento do aplicativo o “mais rápido possível”.

Segundo o ministro, os sistemas internos do ministério voltaram ao ar na manhã de ontem. “A rede interna do ministério já foi restabelecida, e o ConecteSUS está em avanço para que volte o mais rápido possível”, desconversou, embora tenha dito que crê que a plataforma volte à normalidade nas próximas horas.

No ConecteSUS, os cidadãos podem acessar suas informações médicas do Sistema Único de

Saúde (SUS), como histórico clínico, medicamentos dispensados e exames feitos. Até então, essa funcionalidade também não voltou a funcionar.

O ministério informou que o processo para recuperação dos registros foi finalizado, sem perda de informações. “Todos os dados foram recuperados com sucesso. A pasta trabalha para restabelecer o mais rápido possível os sistemas para registro e emissão dos certificados de vacinação”, explicou, por meio de nota.

Com o não funcionamento

do ConecteSUS, brasileiros estão com dificuldade de comprovar a imunização contra a covid-19 — fundamental para quem pretende viajar para o exterior e não quer enfrentar problemas no retorno ao país. Além disso, o passaporte da vacina é exigido para a entrada em estabelecimentos e eventos em alguns estados. A pasta não esclareceu ao **Correio** qual a segunda opção dos cidadãos nesses casos.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



Página do ConecteSUS no dia em que foi atacado por piratas

CRISE NA CAPES

Ascon/Capes



Cláudia recebeu carta de ex-diretor avisando a saída do cargo

Suspensão repasse a institutos de ciência

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vai encerrar os repasses a centros de pesquisa de ponta — os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) — neste ano. A fundação diz que não tem mais recursos para novas bolsas de pesquisa ou para prorrogar a vigência dos auxílios em 2022. O comunicado pegou os coordenadores dos INCTs de surpresa.

São 101 institutos de pesquisa espalhados pelo país, que desenvolvem grandes projetos em áreas de impacto social. Há instituições voltadas para pesquisas que vão desde o desenvolvimento de vacinas até mudanças climáticas. Os grupos são chefiados

por cientistas de renome.

Em ofício enviado aos coordenadores dos INCTs, na semana passada, a Capes diz que “atingiu o financiamento total proposto para o apoio”. “Não dispomos de orçamento para acatar novas indicações ou conceder prorrogações de vigência, a partir de janeiro de 2022”, explicou a fundação.

A previsão era de repassar R\$ 100 milhões aos INCTs com pagamento de bolsas nas modalidades de mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor visitante. Segundo a Capes, os pagamentos começaram em janeiro de 2017 e deveriam durar cinco anos. A cada ano, poderiam ser pagos R\$ 20 milhões.

Os coordenadores dos INCTs argumentam que os repasses de verbas pela Capes teriam de continuar, pelo menos, até o fim de 2022 porque a maior parte dos pagamentos só começou no fim de 2017, quando os projetos se estruturaram para receber os recursos. Com a pandemia, também houve dificuldades de implementar bolsas para professores visitantes, já que as viagens estavam suspensas.

Em uma carta à presidente da Capes, Claudia Toledo, 84 coordenadores dos INCTs argumentam que pelo menos um quinto de R\$ 100 milhões prometidos pela fundação vai deixar de ser pago com o fim dos repasses aos institutos no ano que vem.

Diretor se demite

E depois da debandada de mais de 100 pesquisadores, a Capes sofreu nova baixa — dessa vez, do diretor de Avaliação, Flávio Anastácio de Oliveira Camargo. Com a demissão, aprofunda-se a crise na fundação responsável pelo fomento à pós-graduação no Brasil.

Camargo esteve à frente da Diretoria de Avaliação desde setembro de 2020. A área é responsável pelo processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado.

Em carta à presidente da Capes, Camargo afirmou que permaneceu no cargo até agora “por achar que ainda faria alguma diferença”.